

1
✓

ATA DA 23ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dez de agosto de dois mil, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural sob a presidência de Carlos Henrique Heck, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes os Conselheiros Angela Gutierrez, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Arno Wehling, Augusto Carlos da Silva Telles, Italo Campofiorito, Ivete Alves do Sacramento, Joaquim de Arruda Falcão Neto, Lúcio Alcântara, Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès, Luiz Viana Queiroz, Nestor Goulart Reis Filho, Paulo Bertran Wirth Chaibub, Pedro Ignácio Schmitz, Synésio Scofano Fernandes – representantes da sociedade civil -, Carlos Alberto Cerqueira Lemos – representante do Instituto de Arquitetos do Brasil -, Luiz Fernando Dias Duarte – representante do Museu Nacional -, Maria José Gualda de Oliveira – representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - e Suzanna do Amaral Cruz Sampaio – representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Marcos Vinícios Vilaça, Paulo Roberto Chaves Fernandes, Raul Jean Louis Henry Junior e Thomaz Jorge Farkas - representantes da sociedade civil. O Presidente cumprimentou os Conselheiros, lembrou o centenário do nascimento de Gustavo Capanema, e convidou os presentes para a sessão solene em sua homenagem, a ser realizada às dezessete horas, sob a presidência do Senhor Ministro da Cultura. Em seguida, apresentou o Professor Doutor Pedro Ignácio Schmitz, antropólogo, arqueólogo, professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, recentemente nomeado para compor o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na qualidade de representante da sociedade civil. Prosseguindo, comunicou a publicação, no *Diário Oficial* de 07 de agosto de 2000, do Decreto nº 3.531, que “Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências”, destacando a importância da participação dos Conselheiros na fixação dos critérios e procedimentos para a sua implementação. Em seguida, colocou em votação a ata da 19ª reunião do Conselho, aprovada por unanimidade. O Conselheiro Silva Telles pediu a palavra para louvar a publicação de *ARACATI: Patrimônio de todos*. Roteiro para a preservação do patrimônio cultural, iniciativa da 4ª SR/IPHAN, com a finalidade de esclarecer a comunidade sobre os benefícios do tombamento, dando continuidade ao trabalho realizado em Icó, na época do tombamento do seu conjunto arquitetônico e urbanístico. Elogiou, também, o estudo exaustivo realizado pelo Conselheiro Carlos Lemos na obra *A*

Imaginária Paulista e a publicação do 6º volume do *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*, sob a coordenação do Professor Paulo Ormino de Azevedo. Prosseguindo, o Presidente passou ao exame do Processo nº 1.463 -T- 00, concedendo a palavra ao Conselheiro Nestor Goulart para a apresentação do seu parecer sobre a proposta de tombamento do **Conjunto Histórico no Bairro da Luz**, em São Paulo, SP, transcrito a seguir: "O projeto tem em vista o tombamento de um conjunto de bens culturais no bairro da Luz, na cidade de São Paulo, incluindo, nos termos do parecer 067/2000, de Adler Homero, p. 6: ▪ Jardim da Luz, criado em 1798 e construído em 1828, que passou por diversas reformas e reconstruções, inclusive uma entre 1899 e 1910; ▪ Pinacoteca do Estado, antigo Liceu de Artes e Ofícios, prédio incompleto, projetado por Ramos de Azevedo e iniciado em 1897; ▪ Edifício Paula Souza, antigo pavilhão dos Laboratórios Gerais da Escola Politécnica, projeto de Ramos de Azevedo edificado entre 1895 e 1898; ▪ Edifício Ramos de Azevedo, antigo Gabinete de Eletrotécnica da Escola Politécnica, projetado por Ramos de Azevedo, edificado em 1920, sobre obras iniciadas em 1908; ▪ Quartel da Luz, projeto de Ramos de Azevedo, iniciado em 1888 e concluído em 1892; ▪ Antigo Armazém Central da Estrada de Ferro Sorocabana, projeto de Ramos de Azevedo, inaugurado em 1914; ▪ Hotéis Federal Paulista e do Comércio, com data de construção e autor desconhecidos, construídos no final do século XIX; ▪ Hotel Queluz, com autor do projeto desconhecido e data de 1903 em sua fachada. A essa relação deve-se acrescentar o edifício da Estação da Luz, já tombado pelo IPHAN, cujo tombamento seria reiterado como parte integrante do conjunto, bem como a chamada Vila Inglesa, situada à Rua Mauá nºs. 836 a 846. Esse processo vem dar forma, no plano federal, a tentativas anteriores de definição de uma área de interesse cultural no Bairro da Luz, a começar pelo estudo de Cerqueira César, Carvalho Franco e Paulo Bruna, de 1977, ao qual se seguiu um estudo realizado no plano estadual por iniciativa do então Secretário de Cultura, Jorge da Cunha Lima (1986), com participação da Profa. Regina Meyer. A área deverá ser beneficiada também com aplicação de recursos financeiros oriundos do PRPCU - Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano, segundo consta do processo. O processo teve início na 9ª Superintendência Regional do IPHAN, em São Paulo, com data de 19/05/2000, com ofício assinado por Reinaldo Francisco Mora, encaminhando documentos técnicos assinados por Marcos Carrilho. O DEPROT/RJ inclui laudos e um parecer do historiador Adler Homero Fonseca de Castro, no qual se demonstra que o perímetro previsto no projeto elaborado para o Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural Urbano envolve número muito grande de edificações e espaços públicos sem interesse histórico ou cultural, sendo portanto inadequado para a instrução do presente processo. Os edifícios pertencem todos a uma determinada área da cidade e são sistematicamente tratados como um conjunto (razão pela qual se reitera o tombamento da Estação da Luz, como parte desse conjunto) mas, como não há uma definição clara do que seria o perímetro desse conjunto, nem uma explicitação do caráter urbanístico que permitiria definir seus limites, o parecer técnico de Adler Homero recomenda que o tombamento se faça tendo em vista o interesse histórico do conjunto desses edifícios. Muito prudentemente, o parecer evita discutir o valor arquitetônico desses bens culturais, vale dizer o seu valor artístico. No caso, trata-se de um conjunto de

edifícios de caráter eclético e de um jardim com peças de mobiliário também de caráter eclético, o que conduz, no parecer, a uma discussão, igualmente prudente, da possibilidade de serem incluídas em processos de tombamento obras de caráter eclético, em contraste com as diretrizes que vigoravam no IPHAN, em sua origem. Ao parecer foi acrescentada manifestação da arquiteta Cláudia Girão Barroso, chefe da Divisão de Estudos de Acautelamento, na qual a questão das resistências ao tombamento das obras de caráter eclético foi retomada. Mas, em nenhum dos casos, foi feita recomendação para tombamento em função das características de valor arquitetônico. O parecer destaca a importância, nesse conjunto, das obras do arquiteto Ramos de Azevedo, como destaca a importância desse arquiteto na história da arquitetura em São Paulo. Mas o tombamento é proposto com base na importância histórica do conjunto. Em informação à Dra. Louise Ritzel, diretora do DEPROT, a coordenadora de proteção, Emília Stenzel, observa que 'o historiador Fonseca de Castro faz, de forma clara e desprovida de antigas amarras institucionais, uma revisão da compreensão institucional do ecletismo, com base na ação desenvolvida em casos precedentes. A posição do historiador Adler, afinada com a historiografia recente, sinaliza um entendimento mais diferenciado do valor artístico das obras produzidas no período, distanciando-se dos julgamentos sumários produzidos outrora'. Assim sendo, manifesta-se no sentido de que 'a indicação de inscrição do bem unicamente no Livro do Tombo Histórico, deriva da impossibilidade, apontada pelo historiador, de realização de estudos mais profundos, dado o curto prazo disponível'. O eixo da argumentação se fundamenta na importância do desenvolvimento econômico da província e depois estado de São Paulo, no final do Império e ao longo da Primeira República, com a economia do café, a imigração e a industrialização. Com toda razão, o parecer indica a importância do bairro e desse conjunto de edifícios, como documentos dessa etapa histórica e de sua importância, seja para o Estado de São Paulo, seja para toda uma etapa histórica do Brasil, na qual o Estado de São Paulo desempenhou um papel fundamental. Essa linha de argumentação nos parece adequada ao fim a que se destina, justificando plenamente a proposta de tombamento. Mas há um outro aspecto que consideramos importante abordar, em função dos problemas que estão surgindo nas cidades maiores, em todo o país. É a questão dos conjuntos urbanos. Paralelamente à discussão sobre o adjetivo 'histórico', gostaríamos de aprofundar a discussão sobre o substantivo 'conjunto'. Se pudermos esclarecer melhor o que entendemos por conjunto, poderemos encontrar critérios para estabelecer o seu valor e, com base nesses critérios, contribuir de algum modo para estabelecer os limites da área correspondente ao conjunto e fundamentar melhor os critérios de tombamento. Tanto o parecer quanto a manifestação da Dra. Sista Souza dos Santos, Procuradora Jurídica Chefe, consideram que a delimitação da 'área, chamada de entorno', poderá ser estabelecida mais tarde, após a decisão do conselho o que, ainda uma vez, é um critério de prudência. Mas algumas observações de ordem geral poderão contribuir para a busca de alguns critérios gerais por parte do Conselho Consultivo, em casos da espécie. A expressão 'conjuntos urbanos' (¹ Em nossos trabalhos mais recentes, temos preferido utilizar a expressão conjuntos urbanísticos, que nos parece mais adequada pois urbanos são todos os que se incluem nas cidades e urbanísticos são aqueles que apresentam alguma coerência.) tem sido utilizada

para indicar os grupos de edifícios com características semelhantes, construídos na Europa a partir do Renascimento. Em sua origem, quase sempre, esses edifícios dispunham-se ao redor de praças. Os exemplos mais antigos são provavelmente a Galleria degli Uffizi, em Florença, e a Place Dauphine, em Paris. A primeira característica desses conjuntos é a semelhança entre os edifícios. A segunda é a integração desses edifícios em conjunto que assume caráter monumental, ainda que os edifícios, tomados isoladamente, possam ser considerados como relativamente simples. Em um trabalho sobre conjuntos urbanos no Brasil Colonial e no século XIX, procurávamos mostrar como essa forma de organização da paisagem urbana correspondia a uma forma burguesa de organização social, de integração das partes para formação de um conjunto mais complexo, em contraste com a base de monumentalidade das obras isoladas, características das afirmações de poder aristocrático (² REIS FILHO, Nestor Goulart. 'Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil'. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, nº 3. São Paulo. FAU-USP. 1994). No final do século XVIII e na primeira metade do século XIX, em Londres e Paris, tornaram-se comuns bairros inteiros com uma solução urbanística de conjunto, integrando muitas quadras (como a Rue de Rivoli, em Paris) e várias praças e Ruas (como Bloomsbury e New Kensington, em Londres) e integrando grandes parques e Ruas, como na cidade de Bath. Mas com a reforma de Paris, realizada por Haussmann, entre 1850 e 1870, o modelo de uso dos edifícios comuns, para formar um quadro urbanístico monumental, foi estendido a grande parte dos bairros de uma metrópole. A arquitetura quase neutra, dos edifícios de Paris, tornou-se como um pano de fundo para construção de um grande cenário burguês, com seus boulevares e seus edifícios públicos monumentais, em pontos destacados. Aqueles antigos critérios de organização urbanística eram estendidos a todo o conjunto da cidade. Mas há um detalhe importante a ser destacado no caso de Paris: é que as praças e Ruas dos antigos conjuntos, que haviam sido as únicas partes bem organizadas antes da reforma, foram integradas por esta e preservadas, com destaque. Essa integração foi tão perfeita, que quem visita Paris em nossos dias dificilmente consegue perceber que a Place des Vosges, a Place de La Concorde e a Rue de Rivoli, tão bem integradas, não faziam parte da reforma do terceiro quartel do século XIX. Quase todos os pontos focais dessa reforma urbanística correspondem a remanescentes de projetos urbanísticos anteriores, realizados em áreas muito mais restritas, que foram preservados e revalorizados pela reforma de Haussmann. Um paralelo pode ser estabelecido com nossas cidades. Com exceção provável do Rio de Janeiro, as reformas realizadas nas principais cidades brasileiras corresponderam sempre a intervenções localizadas, envolvendo pequenos setores urbanos, que em determinados períodos mereceram atenções por parte das autoridades e intervenções de caráter pontual. Em 1930 o Brasil apresentava um índice de urbanização de 30%, com uma população de menos de 40 milhões de habitantes e São Paulo teria apenas 900 mil habitantes. Nos 70 anos que se seguiram, o Brasil se transformou em uma das nações mais populosas da Terra e a região metropolitana de São Paulo em um dos quatro maiores centros urbanos do mundo. O modo acelerado como os espaços urbanos foram construídos e reconstruídos, destruídos ou reformados, nos situa hoje em posição semelhante à de Paris, nas etapas iniciais da industrialização da França, antes das grandes reformas urbanísticas unificadoras de Haussmann e de seus seguidores,

nas várias regiões da Europa. Nesse quadro, conservam-se alguns conjuntos de edifícios e determinados bairros, que são partes de cenários urbanos com suficiente representatividade histórica em suas épocas e com suficiente consistência enquanto quadros urbanísticos bem realizados, para justificarem sua preservação e integração no quadro geral de soluções mais coerentes, que devem ser elaboradas para o futuro. No caso brasileiro, as características desses conjuntos urbanos ou conjuntos urbanísticos exigem algumas explicações. Os conjuntos urbanísticos europeus sempre se caracterizam por uma forte disciplina geral, que existia no Brasil no século XVIII e início do século XIX, como existiu em Lisboa, a partir da construção da Baixa Pombalina, a partir da segunda metade do século XVIII. Mas no final do século XIX e ao longo do século XX, foi implantada no Brasil uma outra linha urbanística, de caráter liberal, mais próxima dos padrões norte-americanos. No início do século XX, com a construção da Avenida Central no Rio de Janeiro e a reforma do Vale do Anhangabaú em São Paulo, ainda se conservava um certo sentido de uniformidade, nos edifícios que compunham esses cenários urbanos. Esses padrões se mantiveram também, de modo implícito, nos gabaritos estabelecidos para as Ruas e Avenidas abertas em São Paulo durante a administração de Prestes Maia, no final dos anos 30 e início da década de 40. Mas depois da Segunda Guerra Mundial, com a crescente influência americana e os estímulos oficiais à liberalização do mercado imobiliário, multiplicaram-se os arranha-céus com diferentes alturas. Essas tendências, em termos urbanísticos, encontraram um paralelo e um complemento na difusão dos padrões de arquitetura eclética, que se impuseram de modo mais consistente quando, nos bairros em formação (como Campos Elíseos, Higienópolis e Avenida Paulista, assim como no bairro da Luz), começaram a ser construídas residências, bem como edifícios públicos, todos de caráter monumental, todos isolados no centro dos terrenos, recuados em relação ao alinhamento das Ruas, com jardins ao seu redor, cada um deles como uma obra isolada, como uma negação formal dos rígidos princípios até então seguidos nas chamadas 'rua corredor', com normas de uniformização das fachadas, que eram a essência dos conjuntos urbanos de tipo tradicional. Nesse quadro, seria possível a alguns afirmar que não poderiam existir os chamados conjuntos urbanos ou, como queremos nós, conjuntos urbanísticos. Ou, talvez, possamos encontrar outros critérios para identificar nesse novo contexto a presença de conjuntos, que a realidade nos obriga a reconhecer que existiram. Será portanto necessário rever e complementar os conceitos que utilizamos. Seria como reconhecer que, afinal, a liberalização dos padrões urbanísticos e a liberalização estilística não reduziram o tecido urbano a uma simples soma de suas partes. E reconhecer a existência, também nesses casos, de determinadas diretrizes, conscientes ou inconscientes, de relação entre as partes e o conjunto. O caso da área da Luz, em São Paulo, é bem um exemplo dessa situação. O velho jardim foi ponto de partida. Quase todos os edifícios incluídos no projeto se dispuseram ao seu redor ou sobre a sua área original. Para compreender essa relação, devemos retomar duas referências históricas fundamentais. A primeira é que, à época da Carta Régia de criação do primitivo Horto Botânico, em fins do século XVIII, um governador da capitania determinou que a área do antigo Campo da Luz fosse utilizada para realização de uma feira semanal. Essa iniciativa respondeu muito provavelmente pela preservação da grande largura mantida por aquela via, muito além das

necessidades que nessa época que eram reconhecidas para uma via pública de qualquer tipo, ou seja, permitiu a conservação de uma Avenida com proporções monumentais. A segunda observação é que, à época da demarcação inicial, em 28 de setembro de 1799, 'o Senado da Câmara concedeu 20 datas de terra com testada com 273 braças', para implantação do Jardim Botânico, como observa Antônio Egídio Martins. Ora, 273 braças correspondiam a 600 metros de frente, a partir da esquina da Rua Mauá com a Avenida Prestes Maia. Isso significa que a testada do primitivo terreno incluía não apenas o atual Jardim da Luz mas também o espaço que foi ocupado pelo antigo presídio, e pelas instalações da Polícia Militar, ao seu lado, até a Praça Fernando Prestes, após a qual se iniciavam os terrenos em que esteve instalado o palacete do Marquês de Três Rios, mais tarde adquirido para a instalação da Escola Politécnica. O terreno inicial foi sendo sucessivamente recortado, de várias formas, para instalação de serviços públicos. A primeira obra projetada na área foi o antigo Hospital Militar nunca concluído, que ficava no início dos terrenos do Horto Botânico, no local em que depois foi instalada a primeira estação da São Paulo Railway, em 1865. Em qualquer cidade há sempre interesse em instalar edifícios públicos ao redor ou no interior dos parques e jardins e junto a grandes Avenidas, para conferir monumentalidade a essas obras. Os edifícios construídos a partir da instalação do Jardim da Luz não fugiram a essa regra. Entre 1860 e 1865, quando foi construída a São Paulo Railway, o governo provincial cedeu cerca de 50 metros do jardim, de frente para o campo da Luz, para ali ser instalada a nova estação. A área alcançava toda a profundidade do parque, isto é, várias vezes os 50 metros de frente, provavelmente quase 200 metros de fundo. O local era certamente privilegiado e quando a Estrada de Ferro Sorocabana foi fundada, poucos anos depois, sua primeira estação foi instalada na esquina da Rua da Estação (hoje Rua Mauá), exatamente no ponto em que terminavam as instalações da SPR. Ao fundo ficavam os seus armazéns. Por volta de 1913, quando a Sorocabana esteve sob controle de Farquhar, foi na outra extremidade dessa área que se construiu o novo edifício dos armazéns gerais, incluído agora como uma parte desse conjunto. E, nos anos seguintes, quando foi construída a nova estação (Júlio Prestes), como uma continuação das obras anteriores, definindo-se claramente como um conjunto. A importância social desse conjunto, em fins do século XIX e nos primeiros anos do século XX, deve ser registrada. Naqueles anos, os terrenos das Ruas Brigadeiros Tobias e Florêncio de Abreu, mais próximos da estação, foram ocupados por alguns dos mais importantes palacetes construídos na época, alguns deles com projetos e sob direção de obra do Escritório Técnico Ramos de Azevedo. As fotografias dessa época nos mostram também várias casas na Avenida Tiradentes, nas proximidades da Escola Politécnica, com importância equivalente. Ou seja, nos primeiros a presença da estação e dos serviços que ela atraía (como a implantação da primeira linha de bondes), conferiram prestígio social ao bairro e foram um fator de atração para as residências das camadas mais abastadas. Importância semelhante adquiriram determinados setores do bairro de Santa Ifigênia, que foram escolhidos para residência de famílias importantes como Álvares Penteado, Guedes Penteado e Sampaio Moreira. Importância que se estendeu ao bairro seguinte em formação, Campos Elíseos, que se inicia exatamente onde termina o conjunto das estações, a seguir à Estação Júlio Prestes. Já o bairro de Bom Retiro, que

ficou isolado pela Ferrovia e mais próximo da Várzea do Tietê, se caracterizou como área industrial e de habitação de classes mais pobres, o mesmo acontecendo com as quadras a leste da Avenida Tiradentes, em direção à várzea do Tamanduateí. Na época em que os principais edifícios foram construídos ao redor do Jardim da Luz, entre 1890 e 1920, este era utilizado por famílias que residiam a pequena distância, que não dispunham então de outro espaço público de convivência. E o sentido monumental da arquitetura de todos os edifícios corresponde ao reconhecimento da importância social desse cenário, para usufruto das classes de renda mais alta. É inegável portanto que o Jardim e os edifícios ao seu redor formavam um conjunto que não era aleatório, que exploravam as possibilidades de monumentalidade nessa parte da cidade. Antes da reforma do Anhangabaú, que se estendeu entre 1913 e 1918, não havia em São Paulo um espaço público de importância equivalente, que pudesse funcionar como um cenário para encontro social das famílias das classes dominantes. O que explica também o empenho da administração municipal em reformar frequentemente o local, mantendo-o com cuidados especiais. Depois disso, o foco de atenções deslocou-se para o Anhangabaú, para Higienópolis e Avenida Paulista. Os remanescentes desse conjunto correspondem ao que tem sido considerado como patrimônio ambiental urbano: um conjunto de espaços abertos e de edifícios públicos e privados, com uma relativa coerência entre si, que constituem um marco nos espaços de vivência coletiva da população, em várias épocas. E que, por suas qualidades e reconhecimento público, cabe preservar e integrar sem descaracterização, no quadro dos novos espaços urbanos. Com isso queremos dizer que o conceito de patrimônio ambiental urbano corresponderá provavelmente ao de conjuntos urbanos organizados, em um quadro imobiliário e arquitetônico de caráter liberal, mas fortemente diferenciado, que consegue manter algumas características gerais, que permitem o seu reconhecimento como um conjunto. Ou seja, a importância histórica dessa série de edifícios e espaços abertos pode e deve ser reconhecida como formando um conjunto, do ponto de vista urbanístico, cuja característica principal não é a homogeneidade mas a presença de todos eles em um espaço público que se pretendia monumental, com uma importância que terminou por estabelecer critérios para organização da arquitetura dos edifícios privados ao seu redor, como demonstram os remanescentes. Por razões de ordem prática, com a mesma prudência dos pareceres dos quadros técnicos do IPHAN, recomendamos o tombamento com inscrição no livro de bens de interesse histórico. Mas nosso parecer é que, no momento de ser elaborado, *a posteriori*, o estudo para delimitação da área, que se faça de forma a enfatizar que se trata de um conjunto de interesse histórico mas certamente de um conjunto urbanístico, cuja importância supera o valor de cada um de seus edifícios, se tomados isoladamente. E, no futuro, que se pense na possibilidade de tombamento de conjuntos urbanísticos, pelo seu valor cultural. É o parecer. São Paulo, 07 de agosto de 2000. Nestor Goulart Reis Filho, Conselheiro do IPHAN". Retomando a palavra, o Presidente fez o seguinte pronunciamento: "Quero agradecer ao Conselheiro a qualidade do seu relato e a sua conceituação no momento em que destaca a interface com a Paris de Haussmann. Gostaria de dizer algumas palavras sobre o Bairro da Luz, onde alguns monumentos e edifícios definem um corredor cultural no Município de São Paulo. Existe nesse conjunto a Pinacoteca de São Paulo, recentemente restaurada e modernizada para

tornar-se um museu moderno, de acordo com projeto do arquiteto Paulo Mendes Rocha, que acompanhei na qualidade de Presidente do CONDEPHAAT. A Estação Julio Prestes foi restaurada para sediar a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo. Destaco ainda o Museu de Arte Sacra, a Estação da Companhia Sorocabana, onde o governo do Estado de São Paulo tem intenção de instalar uma Faculdade de Música e, ao mesmo tempo, reservar um espaço para abrigar documentação relativa à ditadura dos anos 60 aos anos 80, criando ali um museu. Gostaria de assinalar que esse sítio histórico de São Paulo, fruto do desenvolvimento resultante da economia do café, com a instalação da luz elétrica e da primeira estrada de ferro, tem um caráter econômico, histórico e social. No seu entorno desenvolveu-se o bairro dos Campos Eliseos, tombado pelo CONDEPHAAT, que abrigou durante vários anos a residência do governador, o palacete da Família Chaves, hoje sede da Secretaria de Ciência e Tecnologia. É, portanto, sítio urbano de grande valor.” O Conselheiro Carlos Lemos pediu a palavra para cumprimentar o Relator por seu parecer e sugerir a inclusão do Seminário; da Igreja de São Cristóvão; do Museu de Arte Sacra, cuja chácara é da maior importância, no grupo dos monumentos propostos para tombamento. Recomendou, ainda, que sob a denominação Quartel da Luz, sejam considerados o prédio que faz frente para a Avenida Tiradentes, projeto de Ramos de Azevedo, e o Hospital Militar - primeiro hospital urbano de São Paulo organizado em pavilhões orientados conforme a insolação, atendendo às normas mais avançadas da medicina da época. Observou que, neste caso, por razões técnicas, o tombamento estava sendo proposto pelo valor histórico do conjunto. Não se fez uma discussão detalhada do valor artístico de cada uma dessas edificações, como no caso do Seminário, tremendamente descaracterizado, cortado pela metade. Mas quando pensamos em conjuntos urbanos, prevalece o conjunto, como acontece freqüentemente em Paris, onde a arquitetura da parte é mais simples. Às vezes, até, não é uma boa arquitetura, mas quando integrada a um conjunto prevalece o valor artístico do todo. Seria um critério a ser utilizado futuramente, depois de discutido e redigido, para amparar o setor técnico em casos como este. Pensar que, no patrimônio ambiental urbano, o conjunto é a referência fundamental e transcende a questão histórica. É uma outra linha de inscrição que, neste caso, não quis defender. Mas considero indispensável, a partir de agora, o reconhecimento de certas obras. Caso contrário, não teria sido tombado o Maracanã. É preciso definir os critérios de tombamento. Não acho justo flexibilizá-los de forma a enfraquecê-los. É preciso flexibilizá-los no sentido de serem mais amplos, mantendo-se porém a coerência da conduta ética do Conselho. Os critérios devem ser aplicados de forma consistente. Essa é a questão”. A Conselheira Suzanna Sampaio tomou a palavra para elogiar o estudo do Conselheiro Nestor Goulart e sugerir o tombamento do portal do antigo Mercado de Escravos, transformado posteriormente na prisão Tiradentes. O Conselheiro Silva Telles pediu a palavra para apoiar o Conselheiro Carlos Lemos, observando que o valor cultural transcende o valor histórico, que é mais restritivo. Considerou semelhante o caso de Icó, no Ceará, onde a maior parte da cidade tem uma arquitetura vernacular, mas existem trechos em que a arquitetura é eclética, com sobradinhos debruados, entre o *art nouveau* e o eclético. Opinou que a esse conjunto também pode ser atribuído um ‘valor cultural’, ficando englobados todos os aspectos. Concluídos os debates, o Presidente deu início à

votação, ficando aprovado o tombamento do **Conjunto Histórico no Bairro da Luz** nos termos do parecer do Conselheiro Relator e das recomendações do Conselheiro Carlos Lemos e da Conselheira Suzanna Sampaio, acolhidos, por unanimidade, pelos demais membros do Conselho. Prosseguindo, o Presidente passou a tratar do Processo nº 1.423-T-98 - proposta de tombamento da **Imagem de Nossa Senhora do Rosário**, de autoria do Aleijadinho, declarando que o nome do proprietário da escultura é Renato de Almeida Whitaker, para registro em ata e retificação da grafia do seu último sobrenome em todo o processo. A palavra foi então concedida ao Conselheiro Relator, Angelo Oswaldo, para o pronunciamento transcrito a seguir: “Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. Constatamos, com grande satisfação, que a pauta desta reunião do Conselho Consultivo foi preparada exatamente com o propósito de homenagear o Ministro Gustavo Capanema, cujo centenário de nascimento ocorre exatamente hoje, dia 10 de agosto de 2000. Depois do tombamento desse conjunto urbanístico de São Paulo, tão bem relatado pelo Conselheiro Nestor Goulart Reis, venho tratar de um projeto de tombamento que é muito significativo no contexto dessa celebração. Mas em primeiro lugar, Senhor Presidente, queria pedir-lhe para examinar o projeto de restauração da antiga Casa de Câmara de Pitangui, cidade natal do Ministro Gustavo Capanema, já do conhecimento dessa Presidência e do Ministério da Cultura, encaminhado por ofício da Senhora Rosana Romano Lopes, presidente da Sociedade de Amigos de Pitangui. Só há dois imóveis tombados pelo IPHAN em Pitangui. A antiga Câmara Municipal, que abriga o Museu Histórico e o Arquivo Municipal, arquivo importantíssimo para a história de Minas Gerais e do Brasil. Lá estão protegidos documentos curiosos sobre duas grandes mulheres que marcaram a vida de Minas Gerais: D. Joaquina do Pompéu e D. Maria Tangará, matriarcas do oeste de Minas. O outro imóvel é a casa do padre Belchior Pinheiro de Oliveira, Vigário de Pitangui e Conselheiro de D. Pedro. Estava no Ipiranga com o Príncipe e apontou, como única alternativa, a declaração da Independência. Essa casa é particular; está relativamente bem conservada. A casa da Câmara Municipal, tombada pelo IPHAN, é um museu municipal; está em péssimo estado de conservação. Na verdade, era propósito do Ministro Gustavo Capanema ali instalar esse museu com a mesma qualidade dos outros museus do IPHAN em Minas Gerais: o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, inaugurado no dia 11 de agosto de 1944, há cinquenta e seis anos; o Museu do Ouro, em Sabará; o Museu do Diamante, em Diamantina; o Museu dos Ottoni, no Serro; o Museu Regional de São João Del-Rei. Há um movimento da comunidade pedindo a execução do projeto elaborado dentro das normas do IPHAN. Poderia contar com recursos do Fundo Nacional de Cultura, como o Senhor Ministro da Cultura julgar adequado, contando inclusive com a participação da Superintendência do IPHAN em Minas Gerais. De qualquer maneira aquela Associação está disposta a ajudar, e a Secretaria de Estado da Cultura e o IEPHA também teriam interesse em participar. A restauração do chafariz do Largo da Matriz de Pitangui já foi realizada por iniciativa da Sociedade de Amigos da cidade, mostrando que a população está mobilizada e entende que essa é a melhor celebração do centenário de Gustavo Capanema, na qual se empenha o Ministério da Cultura.” O Presidente tomou a palavra para a seguinte manifestação: “É com muito prazer que recebo esse pedido, e entendo que o restauro e a instalação

adequada desses museus vêm completar o conjunto protegido pelo IPHAN, em Minas gerais. É a homenagem que prestaremos ao Ministro Capanema em Pitangui, sua cidade natal. Também agradeço as informações a respeito da outra residência tombada pelo IPHAN. Mais uma vez Minas Gerais demonstra sua participação na História do Brasil, em termos políticos, com a visão da liberdade, da democracia. Vou acompanhar de perto essa questão e desejo contar com a colaboração de Vossa Senhoria, não como Conselheiro, mas como Secretário da Cultura do Governo do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.” Prosseguindo, a palavra voltou ao Conselheiro Angelo Oswaldo para complementação da sua fala, transcrita a seguir: “Agradeço. Não participarei da segunda reunião do Conselho, porque temos celebrações oficiais na Assembléia Legislativa de Belo Horizonte, onde o Ministro Pimenta da Veiga lançará selo comemorativo emitido pelo Governo Federal. Na ocasião, comunicarei o propósito do IPHAN de participar da restauração desse museu, esquecido há muito tempo. Pitangui é a sétima das 853 cidades de Minas Gerais. Foi dos primeiros municípios criados ainda no período das vilas reais: a Vila Real do Infante de Pitangui. Passo a relatar então o Processo 1.423-T-98, proposta de tombamento da **Imagem de Nossa Senhora do Rosário**, do Aleijadinho: ‘Senhor Presidente e Senhores Conselheiros. O tombamento de uma peça de autoria de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, na data precisa do centenário de nascimento do Ministro Gustavo Capanema, em sessão do Conselho Consultivo do IPHAN dedicada à memória do intelectual e homem público mineiro, é desses atos simbólicos que traduzem, sem qualquer outro recurso, a síntese de tudo o que se poderia pensar ou dizer em tal circunstância. Foi o Ministro Gustavo Capanema o criador do IPHAN, a partir de estudo de Mário de Andrade e da ação determinada de Rodrigo Melo Franco de Andrade, para tanto convocado pelo titular da pasta da Educação e Saúde. A providência teve início por volta de 1935 e, já em 1936, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se achava implantado, em caráter provisório, na expectativa de rápida institucionalização. Projeto de lei consagrando sua criação tramitou pelo Congresso Nacional, no regime da Constituição de 1934. Aprovado pelos parlamentares, acabou sendo promulgado como o Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, em decorrência do golpe de Estado que, entre a decisão do Congresso e a sanção do Executivo, fulminou o Poder Legislativo, ao instaurar o regime ditatorial que manteria Getúlio Vargas no Catete até 1945. O IPHAN nasceu junto com o Estado Novo. Sua origem e seu destino, porém, em muito diferiam do regime. Mais afinidade teria encontrado o Estado Novo na antiga Inspetoria de Monumentos do que nos trabalhos empreendidos por Rodrigo, ao lado de Lucio Costa, Manuel Bandeira, Oscar Niemeyer e Carlos Drummond de Andrade, entre tantos pioneiros notáveis. Gustavo Capanema garantiu ao IPHAN solidez e credibilidade na consolidação de suas tarefas, tanto que Rodrigo Melo Franco de Andrade iria permanecer por trinta anos à frente da instituição, fato excepcional no quadro da administração pública brasileira. Uma das primeiras grandes metas a que se entregou o IPHAN foi a valorização da obra do Aleijadinho. Já em 1919 Mário de Andrade chamara a atenção para a importância desse legado no quadro da herança cultural brasileira. Rodrigo Melo Franco de Andrade era neto de Rodrigo José Ferreira Bretas, que publicou, em 1858, em Ouro Preto, a primeira notícia biográfica do mestre. Mas para além de tal vínculo situou-

se o empenho com o que o diretor do Serviço do Patrimônio se devotou à identificação, classificação, análise, proteção e projeção da obra do grande arquiteto, entalhador e escultor de Vila Rica. Gustavo Capanema acompanhou, com vivo interesse, todas essas iniciativas, e dele Rodrigo recebeu o mais solidário incentivo. Tomba uma escultura do Aleijadinho nesta hora será, portanto, sublinhar a permanência e a continuidade das linhas mestras de uma instituição exemplar. Passados 65 anos da decisão de Gustavo Capanema de dotar seu Ministério de um serviço de patrimônio, e exatamente no centenário do Ministro que fez construir o edifício monumental que nos acolhe, reportamo-nos ao Aleijadinho como referência maior do acervo de arte do Brasil. Está em apreciação o tombamento da imagem de Nossa Senhora do Rosário, em madeira com resíduos de policromia, de 90 centímetros de altura, procedente da antiga Coleção Plácido Gutierrez e hoje integrante da Coleção do Sr. Renato Whitaker, de São Paulo. A proposta foi apresentada ao IPHAN, em 8 de abril de 1997, pela historiadora da arte Lygia Martins Costa, ex-consultora do IPHAN e um dos nomes mais notáveis entre os especialistas que se dedicam à obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Recorro à síntese brilhante da nossa querida Dona Lygia, porque a suas palavras nada precisa ser acrescentado. Diz a historiadora sobre a peça em exame: **Caracteriza-se pela beleza de proporções e volumetria de particular monumentalidade, ressaltada por relação incomum entre a grandeza das figurações e a fragilidade da peanha, delicada e singela. E sobretudo pela acentuada vitalidade. Manifesta não apenas na silhueta robusta e simultaneamente leve, articulando com mestria e admirável continuidade as duas seções da composição: a Nossa Senhora e o Menino com a penca de querubins envolta em nuvens, sobre a qual habitualmente pousam. Mas principalmente revelada na força e no movimento que se projeta do conjunto e de cada pormenor; na amplidão do gesto; no arrojo contido do panejamento; e especialmente na espiritualidade que emana das figuras santas, luz interior peculiarmente aleijadiana que em ambas se irradia do olhar penetrante e da expressão severa.** Foi a partir do parecer douto e conclusivo de Lygia Martins Costa que os técnicos do IPHAN, em sucessivas manifestações positivas, promoveram a vinda do processo a este Conselho. Cabe-me o dever honroso de solicitar aos Senhores Conselheiros que também se manifestem favoravelmente ao tombamento. Ao mesmo tempo, devo lembrar a urgência de uma ação objetiva e determinada, visando a conclusão dos esforços de Rodrigo, ao tempo do Ministro Capanema. É fundamental que toda a obra do Aleijadinho seja exaustivamente inventariada e posta sob a proteção legal do IPHAN. Trata-se de tarefa que pede prioridade absoluta ao Presidente do IPHAN, ao Secretário de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas e ao Ministro da Cultura. Até museus pertencentes ao IPHAN contam, em seus acervos, peças ainda não oficialmente atribuídas ao Aleijadinho, embora já largamente como tal reconhecidas. É o caso do Anjo Tocheiro carmelitano do Museu da Inconfidência, emblema da exposição 'Entre Céu e Terra - Brasil Barroco', triunfalmente apresentada em Paris. Por outro lado, muitos são os que insistem, com frequência, na atribuição de peças que, com tais tentativas, procuram transitar com maior desenvoltura no mercado de arte, meio em que muitas vezes mais vale a versão do colecionador do que o parecer de um especialista. Acha-se confuso e atormentado o antiquariado, enquanto os setores técnicos de proteção e conservação de obras de arte se vêem constrangidos e impotentes. O tombamento da Senhora do Rosário da antiga Coleção Plácido Gutierrez

poderia marcar, Senhor Presidente e caros Conselheiro, a retomada decisiva dos trabalhos de catalogação da escultura e talha de Antônio Francisco Lisboa, providência crucial e imprescindível. Não posso deixar de manifestar, por fim, a expectativa de que o proprietário atual da imagem de Nossa Senhora do Rosário tenha pela peça o respeito e o zelo que o tombamento impõe, legalmente, não só a ele como a todos os cidadãos brasileiros. O colecionador não hesitou em exibi-la, recentemente, em São Paulo, de maneira inconveniente e em local inadequado. Está aí mais uma prova de que o tombamento é medida indispensável, mesmo quando há o mais amplo consenso sobre o valor de determinado bem cultural. *Belo Horizonte/Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2000, centésimo aniversário do nascimento de Gustavo Capanema. Angelo Oswaldo de Araújo Santos.*” O Presidente, após elogiar o parecer do Conselheiro Relator, comunicou a sua intenção de promover a inventariação da obra do Aleijadinho, para a qual pediu a colaboração dos membros do Conselho. Informou, ainda, o seu propósito de ampliar o Museu do Aleijadinho, em Ouro Preto, com a aquisição de casas próximas. Em seguida, colocou em votação o parecer do Conselheiro Relator, acolhido por todos os presentes, ficando aprovado, por unanimidade, o tombamento da **Imagem de Nossa Senhora do Rosário**, de autoria do Aleijadinho. Prosseguindo, passou ao Processo nº 1.131-T-84, concedendo a palavra ao Conselheiro Ítalo Campofiorito para a apresentação do seu relatório sobre a proposta de **Rerratificação da delimitação da poligonal de tombamento do Sítio Roberto Burle Marx e tombamento das suas coleções museológica e bibliográfica**, transcrito a seguir: “O Sítio de Santo Antônio da Bica foi residência de Roberto Burle Marx e hoje, no âmbito deste IPHAN, ainda é sede do Viveiro, da plantação e demais instalações que constituíram a Coleção de Plantas, a residência, as oficinas, os *ateliers* e a capela - enfim, o acervo básico que ensejou e abrigou a produção, internacionalmente reconhecida e admirada de Roberto Burle Marx - o botânico, o paisagista, o artista plástico, o músico e *last but not least*, o homem do mundo que o mundo, sempre que pode, veio ali reverenciar. Pois descobri, com surpresa, que ainda não está inteiramente sob a proteção federal, devidamente homologado pelo Senhor Ministro da Cultura. Vicissitudes administrativas e contingências políticas adiaram até hoje um tombamento definitivo, que já foi, entretanto, reconhecido como justo por este colegiado em sua 113ª Reunião, em 22 de janeiro de 1985. Tal decurso de prazo permitirá o acabamento necessário, agora acrescido de correção do endereço e delimitação da área protegida, bem como - se este for o entendimento do Conselho - de complementação da coleção de plantas e dos imóveis já apreciados, pela ‘coleção museológica’, constituída de objetos de arte, de uso técnico ou doméstico e documentos ali conservados e organizados. O extenso conjunto em causa soma-se ao já referido, para informar sobre os valores culturais e históricos envolvidos nos processos científicos e criativos de que é testemunho o Sítio, hoje Sítio Burle Marx, em plena continuidade de trabalho, tanto no que diz respeito às plantas, como no que se refere à residência, transformada em sede do eco-museu que se abre ao público visitante. ‘A Coleção do Sítio é um grande viveiro e, portanto, o acervo básico da produção Burle Marx; conservá-la é mais do que guardar o que já está plantado - é proteger um extraordinário depósito científico e preservar incontáveis jardins do futuro; trata-se do resultado de uma generosa

obra de botânico e artista plástico, inseparável de uma longa luta - desde 1928 - pela paisagem brasileira e pela defesa de nossa identidade natural.' (Ofício 130/INEPAC/1983 e anexos, in Proc. n. 1.131-T-84). 'Preservar a produção botânica e artística de Roberto Burle Marx, levou, na época o INEPAC ao reconhecimento do fascinante e surpreendente conjunto de bens culturais que constitui a Coleção de Plantas do Sítio Santo Antônio da Bica, em Guaratiba.' (Ofício citado) 'Antiga, a capela data de fins do século XVII, mas foi integralmente restaurada, sob a orientação de Carlos Leão e Lucio Costa. A casa original, de edificação modesta e mais nova, sofreu diversos acréscimos, mantendo-se, entretanto, a linha arquitetônica, harmonizada com o da capela, com a qual faz um conjunto, somando-se a ligação, por 'loggia', com arcada em granito de demolições antigas e painel de cerâmica criado por Roberto Burle Marx.' (Ofício citado) Notei contente, que o tombamento provisório, sem prazo de validade e com valor de efeito igual ao definitivo, processou-se entre o INEPAC-RJ, o Secretário de Ciência e Cultura e o Governador em não mais de 3 dias. Atendia-se à urgência de evitar litígio familiar que permitiria a divisão e loteamento 'urbano' do Sítio. O Diretor do INEPAC era eu permito-me, despreocupado, repetir excertos daquela época. No primeiro impulso do tombamento estadual já se mencionavam, no interior da residência, valiosas coleções, destacando-se as cerâmicas pré-colombianas e as cerâmicas do vale do Jequitinhonha, além de cristais, e inúmeras peças de arte popular e quadros de Roberto Burle Marx e de outros autores, ou seja o que hoje se apresenta como 'acervo museológico' organizado e pronto para a proteção que o mantenha, como um testemunho global e excepcional de atividade científica e artística, bem como da vida residencial privada, e, às vezes, pública, no Rio de Janeiro. Para que se avalie o interesse em tomar o acervo museológico em pauta, é indispensável rememorar, ainda que apenas pela sonoridade fascinante e caleidoscópica de nomes com que as mais doutas autoridades descreveram e recomendaram as coleções de plantas e mudas do Grande Viveiro, bem como de toda a cobertura vegetal, o conjunto, enfim, que é a razão de ser - junto ao gênio artístico de Roberto Burle Marx - de todo o universo que agora se pretende complementar. A sede retrata a personalidade de Burle Marx. É emoldurada por uma monumental *Congea tomentosa*, trepadeira de beleza inigualável, revestida de *brácteas* cor de rosa. No pátio gramado fronteiro, um grupo de *Neodypsis decaryi*, uma das mais belas palmeiras, de folhas pinadas grandes e verde-acinzentadas, dispostas em três planos verticais. Lateralmente ganhando altura, outra trepadeira, *Noranthea guianensis*, com grandes inflorescências cilíndricas, vermelho brilhante. Toda a volta restante da sede é tomada pelas coleções de *velosiáceas*, plantas cultivadas com exclusividade por B. Marx, nativas em regiões peculiares do País. 'O cultivo dessas plantas é feito sobre, ou entre rochas preparadas para esse fim, em solo dotado de drenagem, repetindo-se as condições de sua vida nativa. Outras coleções deslumbram o visitante. São já célebres os *filodendros*, *antúrios* e outras *aráceas*. As *helicônias*, cujas inflorescências grandes ou pequenas, pendentes ou erectas, vermelhas ou de outras cores, tornam-nas plantas fascinantes. As *bromeliáceas* brasileiras ocupam amplas instalações e constituem a coleção conhecida como a mais completa. Vêm-se, ainda no Sítio, *zingiberáceas*, *comelináceas*, *begoniáceas* e *balsamináceas* extraordinárias. Entre as *zingiberáceas*, os *Costus* e afins, de flores brilhantes. Entre as

balsamináceas, são fantásticas as variedades de beijo-turco, (*impatiens*) com flores de colorido incomum e mais de 5cm de diâmetro. Plantas aquáticas também compõem à nossa sinfonia. As primeiras flores desabrocham no lago construído especialmente para elas, com tons raros, jamais vistos no País. Ao lado das *ninféias*, as *canas índicas*, e mais: árvores, arbustos e palmeiras; *bombacáceas* da Bahia (*Ceiba*) e do Caribe (*Pseudobombax* de flores solferinas), *apocináceas* de flores vistosas e as *bignoniáceas*, aparentadas dos ipês, a desenvolver-se e multiplicar-se com intensidade. Com destaque especial, a *Syagrus vagans*, palmeira da Bahia que cresce horizontalmente sobre a superfície do solo.’ (Ofício citado) Repeti tudo isso, porque à falta de uma visita ou filme colorido, parece-me que é a Abertura, indispensável à imaginação do verde mundo vivo, no qual, *contrario sensu*, progressivamente brotaram, surgiram e se acumularam os bens artificiais de cultura, arte e deleite com que se nutriu a vida pessoal e social do mais importante paisagista contemporâneo. Dois cadernos anexos, abarrotados com registro explicitado de mais de 3.000 mil itens expõem-se à nossa decisão. Mais de 70 folhas do rol de bens móveis compõem o acervo da *Casa Principal*: obras de arte de diferentes autores que incluem coleções de cerâmica do Vale do Jequitinhonha; objetos de criação popular em geral, potes, copos, compoteiras, serviços de cristal e louça de épocas e procedência variada; pinturas, esculturas e desenhos contemporâneos - um incontável conjunto que só a vida vivida ali, associa e impregna de significação. Mais 10 folhas, para o *prédio da Administração*. O *Atelier* abriga mais de alguns milhares de obras de arte realizadas sobre papel por Roberto Burle Marx, além de esculturas, pinturas e desenhos ou objetos criados por autores de sua preferência. Distingo o nº de registro 3.108 como referência à quantidade total. Diante desse mar de coisas, acompanho o historiador do IPHAN Marcus Tadeu Daniel Ribeiro e a arquiteta Helena Mendes dos Santos quando consideram o todo, como é inicialmente sugerido por Iara Valdetaro Madeira, museóloga, e Robério Dias, Diretor do Sítio; isto é, todos os bens arrolados, e, de fato, vinculados à biografia do Paisagista, de forma *indissociável*. Não vejo como, nem quando, teria cabimento selecionar valores antropológicos históricos ou artísticos individualmente, para efeito de tombamento. Passou-me pela cabeça a preocupação bíblica de ‘separar o joio do trigo’. É ponderei, divertido, que Roberto jamais aceitaria a discriminação do joio, planta da família das gramíneas, conhecida dos especialistas como *Lolium temulentum*, face à tradicional e grata importância do trigo. Como dizem os franceses: *justement*. Acredito que, excepcionalmente, agora é o momento de proteger sem exceções. Proponho o tombamento do Sítio Burle Marx, tal como é detalhado, na página 2 do Memorando nº 378/99 do nosso DEPROT, nos termos assinados por Cláudia Girão Barroso, chefe da Divisão de Acautelamento - e do acervo museológico lá instalado, conforme os já referidos registros. É o meu parecer. Italo Campofiorito, Conselheiro”. O Presidente agradeceu ao Relator e abriu os debates, concedendo a palavra ao Conselheiro Silva Telles para a seguinte intervenção: “O Conselheiro Italo Campofiorito analisou muito bem essa interculturalidade da coleção, porque Roberto Burle Marx era um homem que tinha interesse por tudo. Falou da música; das belas artes; da pintura; da escultura; dos azulejos, que ele fazia e pintava; do artesanato e das artes menores. Tudo tinha um único ponto de ligação: o bom gosto do colecionador, que colecionava por prazer. No acervo

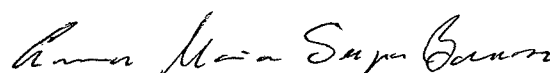
existente na casa é importantíssima a coleção de suas pinturas, desde as mais antigas até as contemporâneas. Na época em que fez a doação ao Patrimônio houve uma certa limitação da interferência do IPHAN, porque tratava-se da sua residência. O Sítio tornou-se patrimônio, mas foi garantida a presença do doador na casa que lhe pertencia. Houve um problema com a parte comercial, resolvido com a transferência para área próxima. Mas agora, quando lamentavelmente ele não está mais lá, considero ideal a solução do tombamento e acautelamento total, para transformar em museu esse acervo multidisciplinar, que tem como linha de conduta o bom gosto. Aquela construção que fez para o seu *atelier* é uma coisa curiosíssima. Ao saber que estavam demolindo um prédio perto da Rua São Pedro, mandou comprar as pedras para montar aquela coisa espetacular, uma escultura arquitetônica, na parte posterior do Sítio. Acho que tudo isso representa Roberto Burle Marx, nós estamos tombando a figura de Roberto Burle Marx, o seu hábito de vida, o trabalho como botânico, como artista, e como homem culto. Parabéns.” O Conselheiro Nestor Goulart tomou a palavra para apresentar as seguintes considerações: “Endosso os comentários elogiosos, mas fica uma dúvida, não sobre a idéia do tombamento de um conjunto, que me parece perfeita. Se temos um museu Burle Marx, devemos ter as coisas do Burle Marx. A minha dúvida é de caráter técnico. É mais do que uma dúvida, é uma pergunta, mas reflete uma dúvida muito grande. Nós tombamos a casa, os quadros, os objetos e o ambiente, que daqui a cem anos certamente estarão lá. Uma parte que não vi explicitada, talvez esteja implícita e eu não entenda, é exatamente o jardim. Mais de uma vez temos falado em jardins e tombamento de jardins. Hoje tombamos o Jardim da Luz, em São Paulo, e não me ocorreu naquela hora a dúvida: qual Jardim da Luz tombamos? O CONDEPHAAT tombou o Bosque dos Jequitibás, em Campinas, e perguntei: quais jequitibás? Ninguém quis responder porque daria trabalho, custaria dinheiro; ninguém quis fazer o inventário das árvores que lá estavam. Um colega nosso considera o Parque Siqueira Campos, em São Paulo, como um remanescente da imensa floresta que existira na Avenida Paulista. Entretanto, conhecedores dizem que não há ali um só exemplar das espécies originais. A pergunta é a seguinte: quando vamos começar a tomar jardins no Brasil com conhecimento de causa e controle técnico? Visitei a capela de um dos grandes pintores franceses, onde havia, ao fundo do terreno, um canteiro com as ervas que ele cultivava; vamos a Versailles, os canteiros têm o desenho original. O jardim é uma coisa muito fácil de comer pelas bordas. Então, qual é a garantia de que o jardim do Burle Marx terá a mesma forma, passados cinquenta anos. Não sei como se procede, é realmente uma pergunta. Temos um registro, alguém vai acompanhar a sua manutenção?” O Conselheiro Italo Campofiorito tomou a palavra para apresentar as seguintes ponderações: “O Sítio Burle Marx pertence ao IPHAN. Todo ele, com tudo o que contém. Tombado ou não, tudo a que me referi hoje pertence ao IPHAN. Quando o Sítio foi tombado a pedido de Roberto Burle Marx, o IPHAN recebeu a relação completa de todas as plantas que a ele interessava guardar. Não somente o viveiro, não somente as mudas. Naquela época, o tombamento não representava qualquer restrição, qualquer interferência em seus projetos; não havia nenhuma discussão sobre o local onde iria preparar seu jardim; poderia fazer o que desejasse. E quando digo que a coleção do Sítio é um grande Viveiro, com letra maiúscula, expresse o conceito de que as plantas

existentes em volta da casa formam um grande viveiro, um jardim. Metade dos nomes que relatei foram citados pelo diretor de um dos institutos botânicos mais importantes do mundo, são espécies plantadas na frente da casa e não no viveiro. O Sítio, atualmente sob o controle dos colaboradores de Roberto, tem arquivados todos os seus projetos. Há levantamento, com o nome científico e a catalogação das plantas. O jardim não permanecerá imutável, porque é impossível, são coisas vivas. Mas da forma como um jardinista pode esperar que um jardim se preserve, ele será preservado. Eventualmente uma planta será substituída por uma jovem, que nasce ao lado, como se faz em nosso Jardim Botânico. Está tudo arrolado nesse processo; além das plantas, os livros, as louças, as obras de arte. Acredito, porque não posso conferir três mil itens. Conheço esse processo há muitos anos. Naquela época, correspondia à realidade, hoje está muito melhor. A biblioteca está catalogada, os objetos de uso de Roberto, os que não quebraram, estão relacionados em cinco colunas, com especificações quanto ao uso, o material e a época. A louça antiga, a louça moderna, ao gosto de Roberto. As plantas, sua maior preocupação, já foram tombadas por este Conselho em 1985. Entretanto não quis, diante de um Conselho que não é mais o mesmo, trazer apenas a quinquilharia como testemunho da sua vida. Eu quis lembrar a parte mais importante, cujo tombamento já fora aqui deliberado. Com a sonoridade dos nomes, já que não tenho as imagens, a ordem é exatamente a que está aqui: a casa, a capela, os outros prédios, o *atelier*, feito por Roberto depois daquela época. Toda a coleção, o grande viveiro, tudo é conhecido, está relacionado e especificado, com indicação da quantidade e da qualidade. Já não é o mesmo, com certeza, de quinze anos atrás, alguma planta desapareceu e outra surgiu. Mas a conservação se fará mantendo o desenho original. Os seus trabalhos estão documentados, fotografados. Mesmo no período mais penoso, quando fomos tão ameaçados e o Conselho quase destruído, o Sítio se manteve. Os colaboradores variaram durante esses quinze anos, mas prosseguiram e completaram o levantamento, tal como um jardinista precisa. O seu escritório, hoje separado do Sítio, continua a existir. Faz projetos próprios, mas também conserva todos os antigos. O paisagista que trabalha lá está satisfeito, o registro existe. Se no futuro irão respeitá-lo ou não, é o mesmo problema para qualquer outra obra de arte. No caso dos jardins em geral, a pergunta cabe e é complexa. Mas esse jardim está registrado, desenhado, e é do IPHAN. De todos os jardins que preservamos, este, provavelmente, é o mais conservável". O Presidente comparou o Sítio Burle Marx à Casa da Cascata (Fallingwater), projetada por Frank Lloyd Wright para Edgar Kaufmann, atualmente protegida por uma fundação e, em prosseguimento, concedeu a palavra ao Conselheiro Joaquim Falcão para as seguintes considerações: "Nesta reunião tivemos duas contribuições importantíssimas. O Conselheiro Nestor Goulart, no seu parecer, propõe um novo conceito de 'conjunto'. Considero muito útil essa formulação de conceitos e de critérios para guiar as próximas decisões. Valioso também foi o debate sobre a preservação de jardins. Há algum tempo fui procurado por uma professora de Harvard que estava pesquisando este tema. Ela selecionou cinco grandes jardins de Roberto – um na Venezuela, outro nos Estados Unidos e três no Brasil – com os respectivos projetos originais, para compará-los. Eu estava pensando nisso quando olhei para este jardim. Será que foi desenhado desta maneira? Acho seguramente

que não. Ele foi redesenhado depois de tombado. Quando tombamos um imóvel, temos as plantas desse imóvel e devemos respeitá-las. Então quando tombamos um jardim, deveríamos ter igual documentação e deveríamos pautar uma política de preservação mantendo o projeto original. As plantas perecem e devem ser renovadas, as mesmas espécies com os mesmos desenhos, de modo que considero a preocupação pertinente, seria importante fazer um levantamento não apenas das espécies, mas da disposição das espécies, do projeto e da concepção paisagística das espécies.” O Presidente concedeu a palavra ao Diretor do Sítio Roberto Burle Marx, Robério Dias, para os seguintes esclarecimentos: “O tombamento de jardins é medida complexa, como bem destacou o Conselheiro Nestor Goulart. Mas não basta haver um levantamento com o nome das espécies e sua localização, porque o jardim evolui. Em locais onde existiam plantas de uma determinada espécie, talvez seja impossível mantê-las. Por exemplo, em determinado lago do Sítio Roberto plantou vitórias-régias e plantou árvores à volta. As árvores cresceram e as sombras que projetam impedem a sobrevivência das vitórias-régias. Há uma competição entre plantas e também uma propagação, esse fato deve ser considerado na evolução do jardim. É um problema que está por ser resolvido. Os conceitos estabelecidos para preservação de patrimônio arquitetônico não podem ser aplicados literalmente em jardins tombados. Roberto nem considerava o local como um jardim, dizia que era o local de experiências em paisagismo; mesmo esse local de experiências foi invadido pela coleção de plantas. Então conservar esse jardim é algo que ainda vai suscitar muita discussão.” O Conselheiro Luiz Vianna Queiroz pediu a palavra para a seguinte intervenção: “Quem é fascinado pela inteligência, fica satisfeito nesta reunião ao presenciar esse diálogo, é realmente uma coisa encantadora. Eu queria apenas sugerir o seguinte: o Conselheiro Nestor Goulart traz uma questão conceitual sobre a qual devemos nos debruçar. A observação feita pelo diretor do Sítio Burle Marx confirma isso. O tombamento não se presta a proteger a vida, a natureza. O tombamento se presta a preservar a cultura. Não é possível imaginar que iremos congelar as plantas, que elas não morrerão. Elas têm uma dinâmica própria. Portanto, considero como um grande desafio a definição de conceitos de patrimônio ambiental que conciliem o tombamento e a evolução dos jardins. Enquanto paisagem, a intenção de proteger não é exatamente a perpetuação das plantas naquela coloração e naquele lugar; mas sim daquela paisagem. Há um projeto, uma concepção que, pela sua própria dinâmica, vai sofrer mudanças ao longo do tempo. Julgo essa questão um dos problemas fundamentais a serem examinados pelo Conselho”. A Conselheira Suzanna Sampaio tomou a palavra para observar que na proteção de patrimônios naturais, como a Mata Atlântica, alguns tombados e classificados pela UNESCO, não se tem a pretensão de mantê-los inalterados. O Conselheiro Joaquim Falcão pediu a palavra para apresentar as seguintes ponderações: “Ninguém está propondo que a Mata Atlântica seja imutável. Não é essa a idéia, talvez tenha me expressado mal. Desejo enfatizar que, no Sítio, a arte de Roberto Burle Marx é uma concepção de jardim, arte plástica mesmo, e essa concepção de jardim deve ser preservada. Evidentemente, com todas as modificações impostas pela vida. Entretanto, uma coisa é patrimônio paisagístico, como a Pedra da Gávea ou a Floresta da Tijuca. Outra coisa é tombarmos um prédio, cuja concepção arquitetônica inclui um determinado tipo de jardim. Então, é

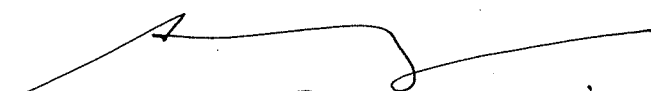
necessário preservar o máximo possível, resguardadas as observações do colega que trabalhou com Roberto.” O Presidente, após observar que Burle Marx, ao conceber um jardim para completar uma obra arquitetônica, adotava um tipo de postura e de prática profissional; mas quando recolhia espécies para estudo, adotava outro tipo de postura, uma postura de pesquisa, concedeu a palavra à Conselheira Maria José Gualda de Oliveira para a seguinte observação: “Penso que a questão já foi esclarecida. Na Mata Atlântica, estamos preservando um ecossistema. Um jardim não deverá ter o mesmo tipo de conservação. O jardim do Sítio Roberto Burle Marx, inclusive, é especial. Não é um jardim comum, contém plantas nativas e plantas exóticas.” O Conselheiro Nestor Goulart pediu a palavra para a seguinte intervenção: “Minha única recomendação é que, nesse caso excepcional, havendo inclusive uma equipe técnica no local, se tente estabelecer um certo padrão, em caráter experimental e abrangente, para orientar o tratamento da questão em todo o país. Não temos padrões de conservação de jardins públicos. Deveríamos dispor de um manual, com um mínimo de critérios. Existem padrões internacionais para preservação de jardins italianos e franceses. Considero a maior contribuição de Burle Marx, como de alguns arquitetos mexicanos da mesma época, a criação de jardins tropicais. Mas não sabemos como conservá-los. Penso que devemos examinar essa questão. Nenhum caso neste país é tão adequado quanto este que estamos discutindo.” O Presidente considerou essa sugestão importante, reconhecendo a possibilidade de adotá-la no Sítio Burle Marx, onde existe uma direção que se preocupa em protegê-lo. Em seguida, colocou em votação o parecer do Conselheiro Italo Campofiorito, acolhido por todos os presentes, ficando aprovados, por unanimidade, o tombamento da **Coleção Museológica e Bibliográfica do Sítio Roberto Burle Marx e a Rerratificação da Poligonal de Tombamento do referido Sítio**. Prosseguindo, passou a palavra ao Conselheiro Joaquim Falcão para o seguinte informe: “Os Conselheiros estarão recebendo, no decorrer do próximo mês, um telecurso de Patrimônio elaborado pela Fundação Roberto Marinho. São quinze aulas voltadas para o segundo grau, onde tentamos dar um curso com noções básicas de patrimônio, edificação, preservação. Nós estamos enviando a cada um dos Conselheiros um conjunto completo dessas aulas e nos colocamos à disposição, caso queiram indicar algumas escolas ou instituições para o encaminhamento desses telecursos, estamos às ordens. Mais ainda: o telecurso, como instrumento didático, necessita de um certo treinamento de um orientador. Caso necessário, poderemos enviá-los para preparação da equipe escolar, a fim de que a noção de patrimônio, através do vídeo, chegue ao jovem brasileiro.” Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Conselheiros e encerrou a sessão, da qual eu, Anna Maria Serpa Barroso, lavrei a presente ata, que assino com o Presidente e os demais membros do Conselho.

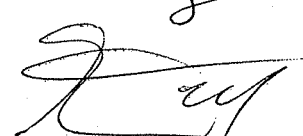

Carlos Henrique Heck


Anna Maria Serpa Barroso

Angela Gutierrez 

Angelo Oswaldo de Araújo Santos 

Arno Wehling 

Augusto Carlos da Silva Telles 

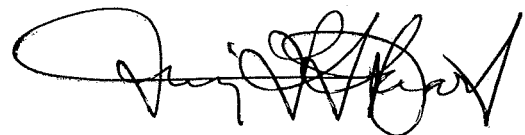
Carlos Alberto Cerqueira Lemos

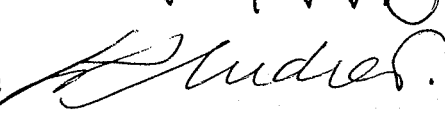
Italo Campofiorito 

Ivete Alves do Sacramento

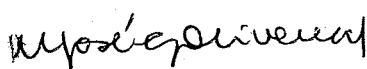
Joaquim de Arruda Falcão Neto 

Lúcio Alcântara 

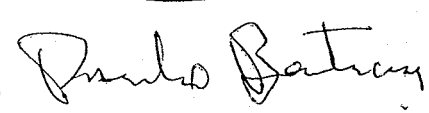
Luiz Fernando Dias Duarte 

Luiz Phelipe de C. C. Andrès 

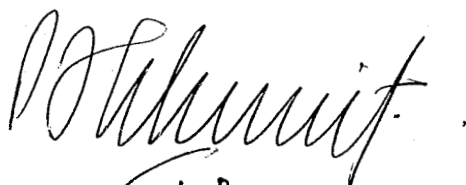
Luiz Viana Queiroz

Maria José Gualda de Oliveira 

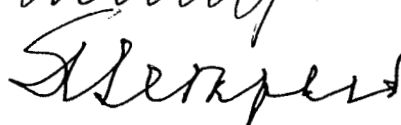
Nestor Goulart Reis Filho 

Paulo Bertran Wirth Chaibub 

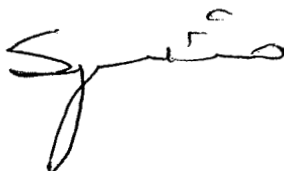
Pedro Ignácio Schmitz

Handwritten signature of Pedro Ignácio Schmitz in cursive script.

Suzanna do Amaral Cruz Sampaio

Handwritten signature of Suzanna do Amaral Cruz Sampaio in cursive script.

Synésio Scofano Fernandes

Handwritten signature of Synésio Scofano Fernandes in cursive script.